

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 756.467 - RO (2015/0190604-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123  
MARIA HELOÍSA BISCA E OUTRO(S) - RO005758  
**AGRAVADO** : JOSE FELIX DOS SANTOS  
**AGRAVADO** : NIVALDO ALVES DE OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : ODILON OSORIO DA SILVA  
**AGRAVADO** : OSVALDO ISAAC ORELLANA MORENO  
**AGRAVADO** : PAULO AMORIM ZAURIZIO  
**AGRAVADO** : PAULO DELBONI  
**AGRAVADO** : CLARA ALVINA MARIA JOANA SCHULTZ  
**AGRAVADO** : LUIZ SCHULTZ  
**AGRAVADO** : SILVANA ZANIN  
**AGRAVADO** : SONIVAL MOREIRA DOS ANJOS  
**ADVOGADOS** : DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO003471  
ANTONIO CAMARGO JUNIOR - DF027652

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo BANCO DO BRASIL SA desafiando decisão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia que não admitiu recurso especial sob os seguintes fundamentos: (I) em relação à matéria aplicou a regra do art. 543-C, §7º, I, do CPC, que inviabiliza o conhecimento de recurso interposto em face de matéria já pacificada nesta Corte, segundo a sistemática dos recursos especiais repetitivos; (II) as matérias tratadas nos arts. 219, 580 e 586 c/c 475-R, do CPC, 21 e 22 da Lei 12.016/09, 104 da Lei 8.078/90, 189 do Código Civil, incidem as Súmulas 211/STJ e 282/STF; (III) incidência da Súmula 83 desta Corte com relação à alegada contrariedade aos arts. 3º, do CPC, 5º e 16 da Lei 7.347/85, 2º-A da Lei 9.494/97; (IV) quanto às Leis 9.494/97 e 7.347/85 incide a Súmula 284/STF, pois *"ofensa genérica à lei federal é insuficiente para delimitar a controvérsia"*.

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso não merece sequer conhecimento.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser*

*exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".*

Além disso, observe-se que o agravo previsto no art. 544 do CPC/1973 tem por objetivo o processamento do recurso especial inadmitido pela Corte de origem. Assim, é imperioso que, nas razões recursais, o agravante demonstre expressamente o desacerto da decisão agravada.

*In casu*, a parte agravante não rebateu, como lhe competia, todos os fundamentos invocados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, limitando-se a dizer que houve o prequestionamento da matéria. Olvidou-se, entretanto, de atacar, especificadamente, os fundamentos contidos na decisão de inadmissibilidade do recurso especial.

Incide, na hipótese, por analogia, o princípio cristalizado na súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual é inviável o agravo do art. 545 do CPC/1973 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

A propósito, confira-se:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 182/STJ.*

*1. Não tendo sido admitido o recurso especial na origem, em face da aplicação da Súmula 83/STJ, incumbia à agravante demonstrar, no agravo de instrumento, a inaplicabilidade da referida súmula ao caso concreto, e não simplesmente reiterar as razões do recurso denegado. Destarte, revela-se inviável o agravo de instrumento que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incide na espécie, por analogia, a Súmula 182/STJ: 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.'*

*(...)*

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 808.260/RS, Relatora a Ministra DENISE ARRUDA, DJU de 26/2/2007)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator